

Boletim Especial Museu Histórico de Londrina

40

Especial
Estudos Patrimoniais II

PREFEITURA DE LONDRINA
Secretaria Municipal de Cultura

Universidade Estadual de Londrina
Museu Histórico de Londrina

Boletim Especial Museu Histórico de Londrina 40

Boletim Museu Histórico de Londrina. Londrina, v.23 n.40 nov. 2025

Reitoria
Prof.ª Dr.ª Marta Regina Gimenez Favaro

Vice-reitoria
Prof. Dr. Airton José Petris

Diretoria Acadêmica do MHL
Prof.ª Dr.ª Edméia Ribeiro

Coordenação Geral
Prof.ª Dr.ª Edméia Ribeiro

Edição
Prof.ª Dr.ª Edméia Ribeiro

Comissão Executiva
Edeni Ramos Vilela
Amauri Ramos da Silva

Presidência da ASAM
Ana Rosa Lunardelli

Editoração
Marina dos Santos Galli

Foto de Capa
Acervo do IPPUL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Boletim Museu Histórico de Londrina / Universidade Estadual de Londrina. Museu Histórico de Londrina. — Londrina - PR : Universidade Estadual de Londrina, v.1, n. 1, jul./dez. 2009 -

Semestral

ISSN 2177-7365

1. Museologia - Periódicos. 2. Londrina — História. 3. Universidade Estadual de Londrina. 4. Museu Histórico de Londrina

CDU 069:981.622

Todos os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo ao Museu Histórico de Londrina.

Fontes
Palisade; Franklin Gothic Demi e Calibri

SUMÁRIO

Apresentação 4

Introdução 8

2 A Praça Sete de Setembro 10

3 Considerações Finais 32

Referências 34

ASAM 35

Normas para Publicação 36

Equipe Técnica do Museu Histórico de Londrina 37

Museu Histórico de Londrina 38

Apresentação

Estudar os centros históricos das cidades é compreender, de forma profunda, os processos de constituição da vida urbana, os valores culturais sedimentados no espaço e as múltiplas camadas de tempo que se sobrepõem na paisagem. Os centros não são apenas remanescentes do passado: são lugares vivos, nos quais se expressam continuidades e rupturas, permanências e transformações, práticas sociais e disputas simbólicas. Nesse sentido, a atenção aos centros históricos tem sido reiteradamente destacada por organismos internacionais, em especial pelo ICOMOS, que reconhece a *paisagem cultural urbana* como uma síntese indissociável entre espaço construído, ambiente natural, usos sociais e valores simbólicos acumulados ao longo do tempo. A conservação dessas paisagens pressupõe não apenas a proteção de objetos isolados, mas a preservação de sua integridade, da leitura histórica e das relações espaciais que estruturam a vida urbana.

Londrina, cidade jovem que se aproxima de seu centenário, coloca-se de forma emblemática nesse debate. Sua juventude não reduz, ao contrário, intensifica a responsabilidade de pensar e agir, no presente, sobre a preservação da paisagem urbana histórica. Como apontam autores que tratam da memória urbana e da conservação integrada do patrimônio, o reconhecimento tardio dos valores históricos costuma resultar perdas irreversíveis. Assim, compreender, documentar e valorizar os espaços fundadores de Londrina é um passo

fundamental para garantir que o processo de modernização e transformação urbana não se faça à custa da descaracterização de sua identidade coletiva.

É nesse contexto que se insere a presente obra, resultado de dois estudos técnicos profundos e comprometidos com a documentação da área central de Londrina, denominada *Conjunto Central* pelos autores. Trata-se do conjunto de espaços públicos previstos no Plano Inicial de 1932, elaborado por Alexandre Rasgulaeff, organizados em torno da chamada elipse central: a*s Praças Gabriel Martins, Marechal Floriano Peixoto, Willie Davids, Primeiro de Maio, Sete de Setembro e o Bosque Marechal Cândido Rondon*. Esse conjunto configura o núcleo estruturador da cidade nascente e permanece, até hoje, como o principal cenário da vida urbana londrinense, concentrando fluxos, encontros, manifestações culturais, atividades políticas, religiosas e de lazer.

Mais do que uma simples soma de praças e áreas verdes, o *Conjunto Central* constitui uma unidade histórica e paisagística singular. Nele se materializam as intenções do plano original, as adaptações sucessivas ao crescimento da cidade e as diferentes concepções de espaço público que marcaram quase nove décadas de transformações urbanas. Ao longo desse período, esses espaços foram continuamente apropriados, ressignificados e modificados, sem jamais perder seu papel estruturante na organização simbólica e funcional do centro de Londrina.

Os estudos reunidos nesta obra evidenciam a centralidade dos espaços públicos na construção da identidade urbana. Praças, bosques e calçadões não são apenas vazios urbanos ou áreas de circulação: são lugares de permanência, sociabilidade e memória. No *Conjunto Central*, essas dimensões se expressam desde os primeiros anos da cidade, passando pela consolidação das praças como

equipamentos culturais e cívicos, pelas grandes intervenções realizadas no âmbito do "Projeto Centro" – concebido pelo arquiteto urbanista Jaime Lerner em 1977 – e que introduziu o *Calçadão de Londrina* como um dos maiores marcos urbanos da área central. Ainda hoje, ações mais recentes de revitalização revelam tensões permanentes entre renovação urbana e preservação da paisagem histórica.

A importância de Londrina ultrapassa, contudo, o âmbito local. Para o estudioso das cidades do Norte do Paraná, Alessandro Filla Rosaneli[1], a cidade integra o conjunto de núcleos urbanos criados no contexto da frente pioneira de colonização, vinculada a estratégias econômicas, territoriais e políticas mais amplas. Nesse processo, Londrina destacou-se como um experimento urbano planejado, cuja área central desempenhou papel decisivo na articulação entre o projeto colonizador, a vida econômica e a construção de uma identidade urbana própria. Preservar seu núcleo histórico é, portanto, preservar também um capítulo fundamental da história regional e nacional.

A publicação desta obra adquire especial relevância no atual contexto institucional, marcado pela promulgação da Lei Municipal n.º 13.902/2024, que dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural de Londrina. Os estudos aqui apresentados oferecem subsídios técnicos, históricos e interpretativos essenciais para a aplicação qualificada dessa legislação, contribuindo para uma visão integrada da preservação, que reconhece valores históricos, paisagísticos, ambientais e sociais de forma indissociável.

1 Rosaneli, Alessandro F. Cidades novas do café: história, morfologia e paisagem urbana. Curitiba, Editora da UFPR, 2013. 207 p.

Por fim, a obra reafirma a importância do conhecimento como instrumento de preservação. Ao sistematizar informações, documentos, imagens e análises sobre o *Conjunto Central*, o estudo empreendido contribui decisivamente para a salvaguarda da *memória coletiva dos londrinenses*. Preservar esses espaços não significa congelá-los no tempo, mas garantir que suas transformações futuras respeitem a história que os constitui e o significado que carregam para a cidade.

Trata-se, em última instância, de um compromisso com o passado, o presente e o futuro de Londrina.

Eloisa R. Rodrigues[2]

2 Arquiteta urbanista. Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Professora associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e professora permanente do Programa Associado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Introdução

Este Boletim é parte integrante do projeto “Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural em Londrina: estudos de bens culturais”, na sua segunda fase. O objetivo do projeto é a elaboração de estudos técnicos detalhados de bens que apresentam interesse patrimonial para a cidade de Londrina, no estado do Paraná. Tais estudos servem de base para a análise e a execução do processo de Tombamento ou Listagem dos bens que são considerados relevantes para a preservação municipal. O projeto recebeu financiamento do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Artístico Histórico-Cultural de Londrina (PR), sendo promovido pela ASAM (Associação dos Amigos do Museu Histórico de Londrina).

A legislação de preservação municipal, instituída em 2011 e revista em 2024, estabelece dois principais mecanismos para a preservação do patrimônio londrinense: o Tombamento e a Listagem de Bens de Interesse de Preservação (Londrina, 2024). Enquanto os bens materiais podem ser protegidos por ambos os instrumentos, os bens imateriais são contemplados exclusivamente na Listagem de Bens de Interesse de Preservação.

Em 2016, foi realizado o primeiro tombamento a nível municipal, relativo ao edifício conhecido como antiga Casa da Criança, que atualmente abriga a Secretaria de Cultura. No mesmo ano, a expressão “pé-vermelho” foi a primeira a ser incluída na Listagem de Bens de Interesse de Preservação como bem imaterial. Em seguida, em 2020, o segundo bem tombado foi o edifício do antigo Fórum,

em que atualmente funciona a Biblioteca Municipal. Nos últimos anos, outros bens, tanto materiais quanto imateriais, foram reconhecidos como patrimônio cultural de Londrina a partir da solicitação de Tombamento ou inclusão na Listagem. Detalhes adicionais sobre alguns desses bens podem ser encontrados nos boletins e estudos da primeira fase do projeto "Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural em Londrina", que integram a Coleção Estudos Patrimoniais Elisa Zanon (Museu Histórico de Londrina, 2023).

Assim como na primeira fase, esta segunda série de estudos técnicos visa fundamentar os pareceres de encaminhamento para Tombamento ou Listagem de Bens de Interesse de Preservação. O estudo técnico no qual se baseia este Boletim aborda o Conjunto Central1 e foi dividido em dois volumes. Por se tratar de um conjunto de espaços públicos, a pesquisa reuniu e organizou um vasto conjunto de informações e documentos técnicos. Dada a extensão do material, optou-se por dedicar um boletim à Praça Sete de Setembro, a fim de produzir um documento mais objetivo e didático.

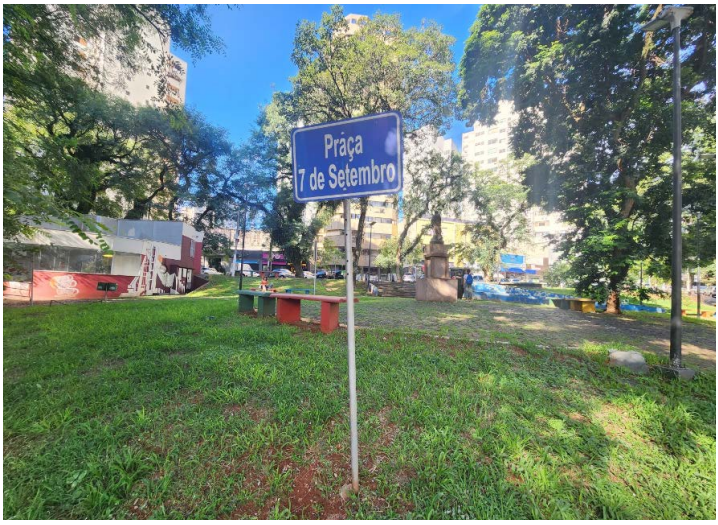
O estudo e, da mesma forma, este boletim fundamentaram-se nas informações presentes na solicitação para inclusão de Tombamento, na bibliografia disponível, no levantamento iconográfico, audiovisual e documental, bem como em entrevistas e levantamentos de campo. As propostas de salvaguarda e as diretrizes de preservação delineadas nos estudos técnicos completos dos bens constituem recomendações preliminares, sujeitas a alterações pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Londrina (COMPAC) no Parecer final de Tombamento.

Para acessar o estudo técnico completo, clique AQUI.

2 A Praça Sete de Setembro

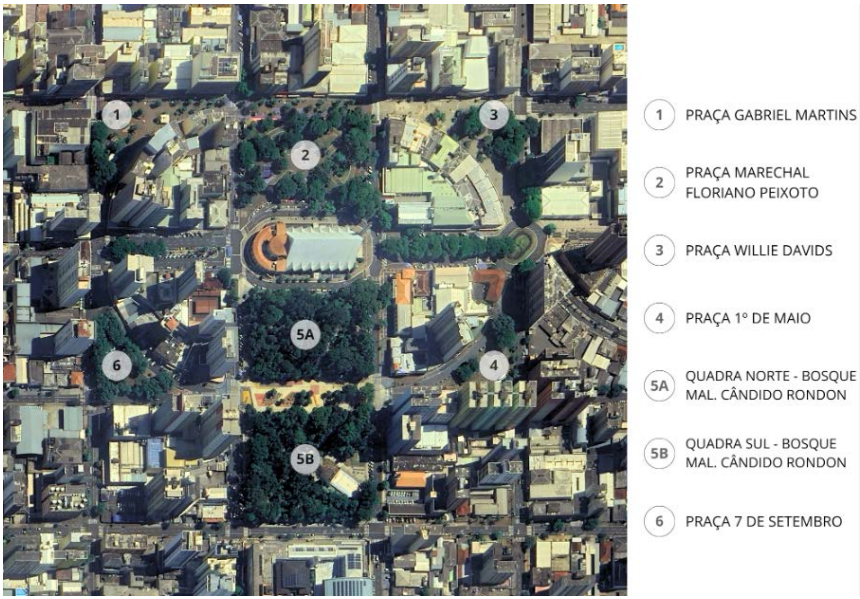
A Praça Sete de Setembro é delimitada pelas ruas Professor João Cândido, Piauí e Prefeito Antônio Fernandes Sobrinho [Fig. 1]. É uma das quatro praças triangulares integrantes do Conjunto Central, composto pelas Praças Gabriel Martins, Marechal Floriano Peixoto, Willie Davids, Primeiro de Maio, Sete de Setembro e o Bosque [Fig. 2].

Figura 1 – Praça Sete de Setembro



Fonte: Autores (2025). Data da foto: 22 mar. 2025.

Figura 2 – Vista aérea do Conjunto Central



Fonte: Google Earth (2025), modificado pelos autores.

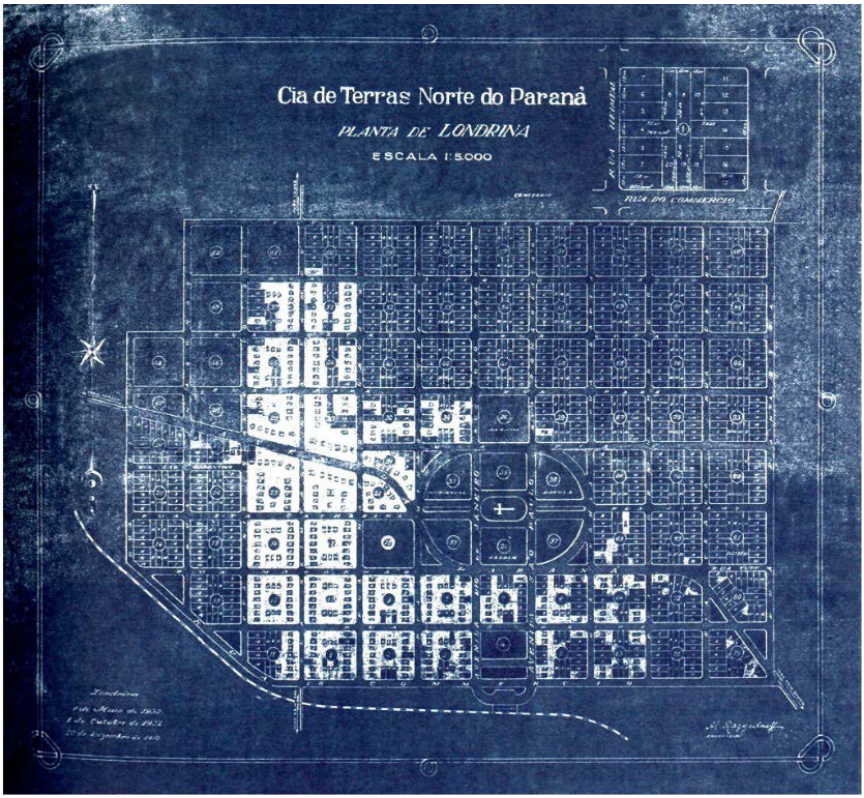
O agrupamento das áreas que compõem este conjunto decorre de um estudo técnico desenvolvido em resposta à solicitação formal realizada no ano de 2024, visando ao seu tombamento. Conforme argumenta Marcos Parisotto (2024), tais áreas possuem relevante valor histórico e cultural para o município, sendo consideradas as estruturas fundadoras da cidade, “as linhas iniciais de nossa cidade”.

Adicionalmente, o estudo técnico evidenciou uma significativa correlação patrimonial, bem como valores históricos, culturais e urbanísticos que possibilitaram a compreensão das especificidades de cada espaço analisado. Tais áreas, embora singulares em suas características, também se articulam como

elementos integrantes de um circuito urbano mais amplo, o que contribui para a leitura das distintas fases do processo de organização territorial vivenciado pela cidade de Londrina. Essa abordagem permite, simultaneamente, reconhecer as singularidades de cada localidade e contextualizá-las dentro de uma narrativa urbana mais abrangente.

A Praça Sete de Setembro pode ser compreendida, em sua origem, como um vestígio material da concepção urbanística presente no Plano Inicial de Londrina, elaborado em 1932, por ocasião da implantação da cidade pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Na denominada “Planta azul”, produzida nesse período, observam-se quatro praças de configuração triangular — Gabriel Martins, Willie Davids, Primeiro de Maio e Sete de Setembro — representadas sem numeração ou detalhamento interno, com apenas o perímetro delimitado [Fig. 3]. Conforme análise do arquiteto e urbanista Humberto Yamaki (2003, p. 11), a forma triangular dessas quadras decorre da adaptação do traçado elíptico ao sistema ortogonal, evidenciando uma solução geométrica singular no contexto do desenho urbano original.

Figura 3 – Planta azul, 1932

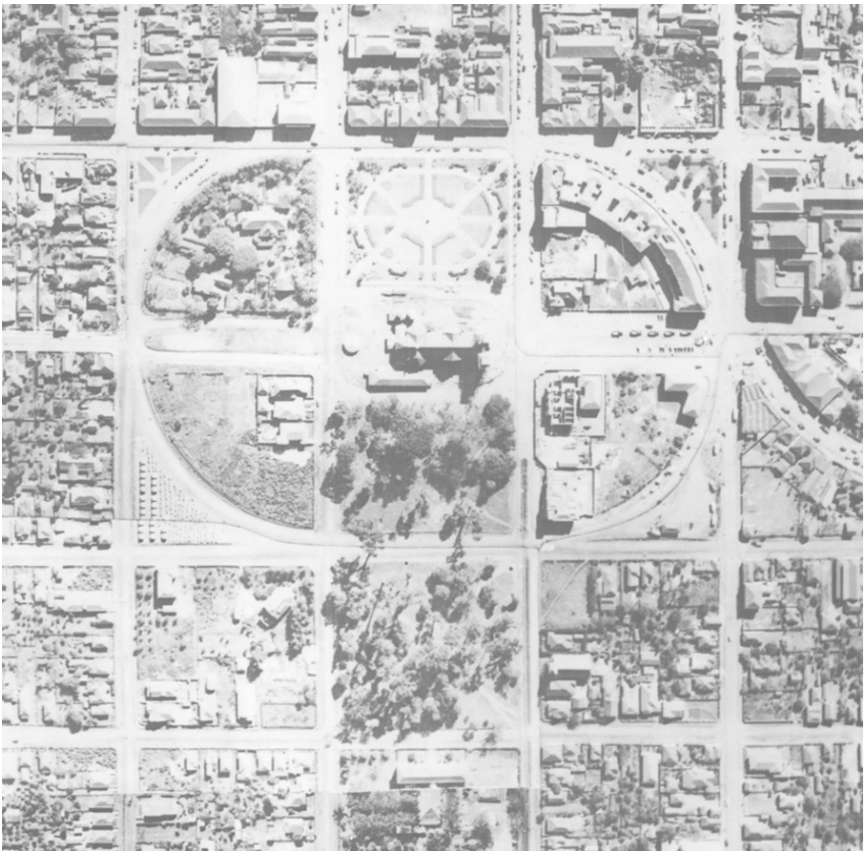


Fonte: IPPUL (2025).

Alguns anos depois é possível visualizar, através da aerofoto feita em 1949, que esse traçado se manteve, assim como também é possível visualizar um importante desenvolvimento da cidade, com vários edifícios construídos e uma ampla ocupação. Quanto às praças, destaca-se um maior tratamento nas localizadas ao norte (Gabriel Martins, Marechal Floriano Peixoto e Willie Davids), com a identificação de um traçado característico [Fig. 4]. Nas praças ao sul (Primeiro de Maio e Sete de Setembro), ainda que haja certa ocupação, não

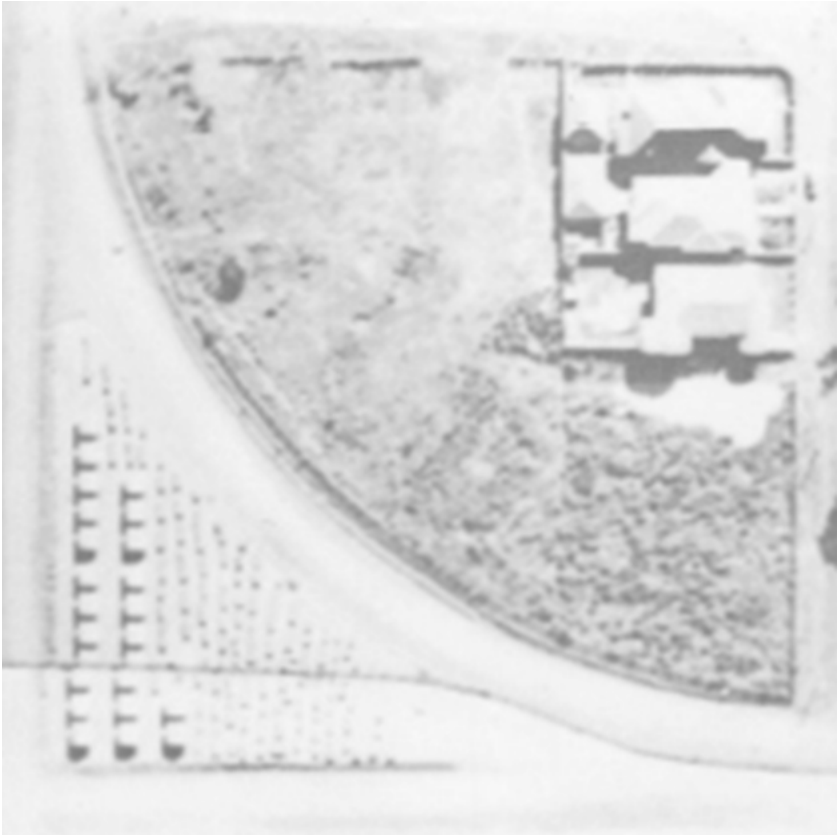
há tratamento. Na Praça Sete de Setembro, é possível observar uma espécie de vegetação organizada, que parece ser uma pequena horta [Fig. 5].

Figura 4 – Aerofoto de Londrina, 1949



Fonte: IPPUL (2025).

Figura 5 – Praça Sete de Setembro, 1949



Fonte: IPPUL (2025).

Duas fotografias, embora não datadas, parecem ser as imagens mais antigas encontradas no Acervo do Museu Histórico de Londrina, que devem corresponder ao final da década de 1940 ou início dos anos 1950, período em que já havia sido concluído o calçamento das ruas do entorno. Na primeira dessas imagens, observa-se que a Praça possuía limites bem demarcados. Percebem-se também formas internas de canteiros acompanhados de mobiliário urbano, como bancos.

No entanto, não havia ainda um tratamento paisagístico elaborado, pois não se nota o plantio de árvores ou arbustos [Fig. 6 e 7].

Figura 6 – Praça Sete de Setembro, [194-–195-]



Fonte: Acervo do MHL (2025).

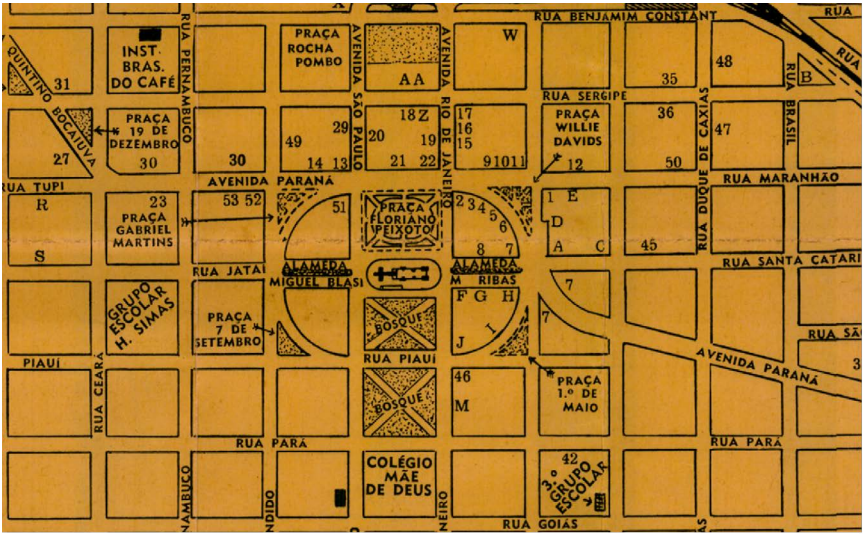
Figura 7 – Praça Sete de Setembro, [194-–195-]



Fonte: Acervo do MHL (2025).

É na década de 1950 que se podem identificar os primeiros tratamentos dados à Praça. O primeiro deles é a oficialização do nome: ainda que não se saiba ao certo quando nem mesmo o exato motivo para o nome “Sete de Setembro” , que remete à data cívica em comemoração à independência do Brasil, fato é que constava na Planta de Londrina de 1957 [Fig. 8].

Figura 8 – Planta de Londrina, 1957–1958



Fonte: Acervo do NDPH (2025).

Cerca de um ano antes, em 1956, foi instalado no canteiro central da Praça o monumento à Imaculada Conceição (Siglon, M02). Essa obra tornou-se um marco religioso e cultural para Londrina, representando não apenas a devoção mariana, mas também a inserção de símbolos de fé no espaço público central da cidade. Segundo reportagem publicada no *Jornal Folha Norte* em 29 de setembro de 2006 (Mendonça, 2006), a escultura foi doada pela Arquidiocese de Jacarezinho

naquele mesmo ano, como parte das comemorações do centenário do dogma da Imaculada Conceição de Maria. A imagem foi concebida para ser uma referência de religiosidade e de memória coletiva, destacando-se em meio ao traçado da Praça [Fig. 9].

Figura 9 – Monumento da Imaculada Conceição



Fonte: Autores (2025). Data da foto: 11 fev. 2025.

Outro detalhe fundamental é a orientação da escultura: o rosto da Virgem Maria foi voltado para a Catedral de Londrina, decisão tomada a pedido das religiosas envolvidas na instalação, o que reforça o vínculo simbólico e visual entre o monumento e a igreja matriz da cidade (Mendonça, 2006). Essa escolha de implantação garantiu que a estátua se tornasse não apenas um ponto focal da Praça, mas também parte de um diálogo arquitetônico e espiritual com a paisagem urbana central, que pode ser vista em uma fotografia do período [Fig.

10] que destaca como o traçado interno foi usado para realçar o monumento erguido ao centro.

Figura 10 – Monumento da Praça Sete de Setembro, [195-]



Fonte: Viani (2002) *apud* Siglon, P22 (2025).

Além disso, ao longo do caminho em formato de arco que atravessa a Praça, é possível notar a presença de espécies vegetais nos canteiros, ainda que não seja possível identificar com precisão sua tipologia. As aerofotografias da mesma época [Fig. 11] mostram com clareza o plantio de 21 árvores jovens, dispostas simetricamente ao redor do perímetro. Essa arborização planejada conferiu ao espaço um caráter urbano organizado e ritmado, contribuindo para sua valorização paisagística.

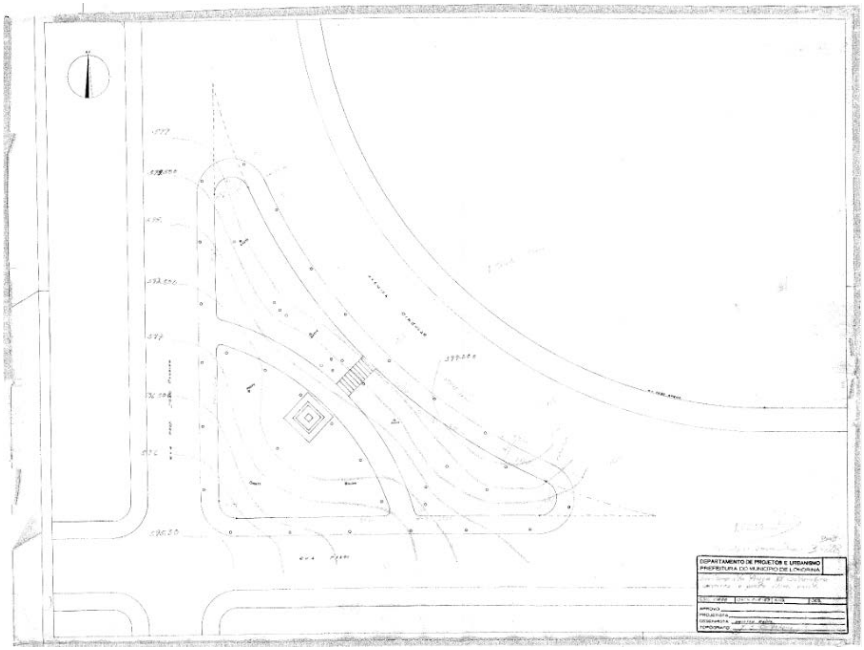
Figura 11 – Detalhe Praça Sete de Setembro, [195-]



Fonte: Acervo do MHL (2025).

Um levantamento de 1969, realizado pelo Departamento de Projetos e Urbanismo e registrado no Cadastro Imobiliário [Fig. 12], confirma a manutenção do traçado triangular da Praça Sete de Setembro, com cantos arredondados e o monumento à Imaculada Conceição no centro. O estudo também registrou a presença de árvores, postes de iluminação, uma escadaria e o caminho em arco que liga a rua Piauí à rua João Cândido. A topografia apresenta leve inclinação para o norte, e o perímetro era contornado por calçada padrão, elementos, em sua grande maioria, preservados até hoje.

Figura 12 – Levantamento da Praça Sete de Setembro, 1969

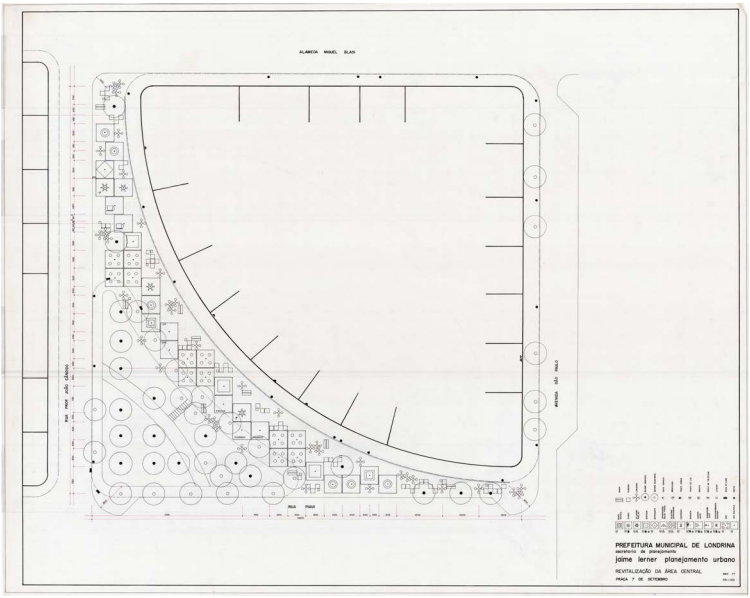


Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2025).

Em 1975, iniciou-se o projeto de reorganização urbana do centro de Londrina, chamado Novo Centro. Esse projeto, desenhado inicialmente pelo arquiteto e urbanista Jaime Lerner, previa áreas exclusivas para pedestres, que ficou conhecido como Calçadão. Além disso, também se planejou novos equipamentos culturais e turísticos, como bancas de informação, espaços de exposição e lanchonetes e a composição de mobiliário e luminárias que trariam unidade aos espaços. O Plano inicial contemplava as quatro praças da elipse central (Gabriel Martins, Willie Davids, Primeiro de Maio e Sete de Setembro), além do Bosque e ruas adjacentes (Revitalização [...], 1977).

No caso da Praça Sete de Setembro, a proposta mantinha seu traçado triangular e o caminho central em arco, mas previa a instalação de 35 quiosques distribuídos em formato serpenteante ao longo da rua Prefeito Antônio Fernandes Sobrinho [Fig. 13]. Esses espaços seriam destinados a atividades de lazer, como bancas de flores e revistas, cafés, bares e telefones públicos. O projeto também incluía áreas de permanência entre a Praça e o novo Calçadão, que substituiria parte da rua.

Figura 13 – Proposta da Praça Sete de Setembro com calçadão, maio de 1977



Fonte: Acervo do Instituto Jaime Lerner (2025).

Apesar da ambição do plano, a execução não correspondeu integralmente ao desenho original de Jaime Lerner. Algumas etapas foram adiadas, e a Praça Sete de Setembro, junto à Primeiro de Maio e ao Bosque, acabou recebendo

menos intervenções do que o previsto inicialmente. Isso contribuiu para um distanciamento em relação ao núcleo central reformado, comprometendo a unidade do Conjunto Central (Caires *et al*., 2025).

Ainda assim, a Praça permaneceu como espaço de lazer e convívio, sendo retomada em projetos posteriores, como por exemplo na execução de projetos no início da década de 1980, quando recebeu intervenções que retomavam parte das propostas de 1977. Em 1982, a Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação da prefeitura de Londrina elaborou um projeto de revitalização, registrado em cinco pranchas. Entre elas, destacava-se a "Obra: Reurbanização em *petit pavé*" que previa a implantação de novas escadarias — uma voltada ao quadrante da Praça e outra conectando a rua Piauí à rua Professor João Cândido —, além de canteiros com vegetação.

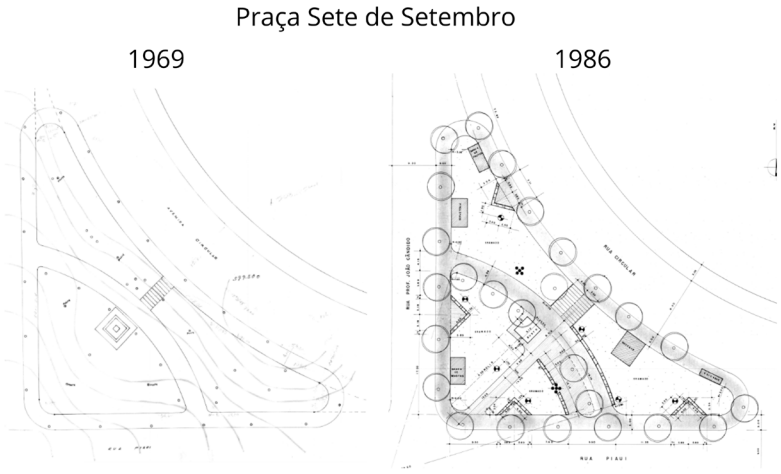
Outros desenhos traziam detalhes de mobiliário urbano: luminárias no modelo "araucária", utilizadas no Calçadão, e um bebedouro de concreto. Também foi projetada a construção de sanitários em alvenaria, com três cabines em cada setor e cobertura em arcos, inspirada no estilo do Museu de Arte de Londrina. Por fim, uma prancha apresentava a proposta de abrigo para usuários de ônibus, de estrutura simples.

Ademais, em 1983, um novo plano pode ser encontrado, denominado "Revitalização da Praça Sete de Setembro", que previa banheiros separados por gênero, cada um com duas cabines e dois lavatórios, além de um mictório no setor masculino. Diferente da proposta de 1982, a cobertura foi projetada em laje impermeabilizada, substituindo os arcos anteriormente previstos. A documentação incluía planta, cortes e elevação.

Poucos anos depois, em 1986, um novo projeto arquitetônico foi elaborado para a mesma Praça, e mantinha elementos já existentes, como o monumento, o caminho arqueado central e a escadaria, mas introduziu alterações significativas: ampliação da escada principal, criação de um novo acesso a partir da esquina das ruas Piauí e Professor João Cândido e a previsão de floreiras triangulares. Algumas dessas intervenções foram executadas e permanecem até hoje. Além disso, o projeto também informava a dimensão da praça: totalizando uma área de 1.532,40 m².

A comparação entre os levantamentos de 1969 e 1986 [Fig. 14] permite identificar as mudanças introduzidas na década de 1980, como a instalação de quiosques e luminárias de quatro globos. Além disso, o novo caminho que conecta o monumento à esquina das ruas Piauí e Professor João Cândido e alguns canteiros triangulares nas pontas da Praça com bancos contínuos.

Figura 14 – Comparação da implantação da Praça Sete de Setembro: 1969 e 1986



Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2025).

Não foram encontradas muitas imagens referentes a essa Praça, entre as décadas de 1980 e 1990, que possam contribuir na identificação das intervenções observadas nos projetos, mas uma fotografia posterior, ainda que sem data [Fig. 14] evidencia dois quiosques semelhantes aos utilizados no Calçadão, indicando que parte dessas intervenções chegou a ser efetivamente executada, ainda que de forma parcial.

Figura 14 – Praça Sete de Setembro



Fonte: Acervo do MHL (2025).

No início dos anos 2000, a Praça Sete de Setembro passou por uma grande reforma. Os antigos quiosques foram removidos e substituídos por uma nova estrutura construída na esquina [Fig. 15], enquanto o piso, os canteiros e o paisagismo foram renovados. Também houve mudanças nas luminárias, alargamento de uma das calçadas e a instalação de rampas de acesso, embora o traçado triangular original e parte da vegetação de grande porte tenham sido preservados.

Figura 15 – Quiosque da Praça Sete de Setembro



Fonte: Autores (2025). Data da foto: 11 fev. 2025

Ainda, de acordo com reportagem da *Folha de Londrina*, de 18 de abril de 2000, durante a reforma, os operários encontraram uma árvore rara: um pau-brasil, confirmado pelo biólogo Paulo Cezar Dolibaina, da autarquia municipal de meio ambiente. O exemplar, com cerca de três metros de altura, está localizado à direita do monumento. Na época, o arquiteto responsável pelo projeto foi orientado a destacar a árvore com uma marca especial (Pau-Brasil […], 2000). O estudo técnico identificou que ela pode ter sido plantada na década de 1960 (Caires *et al*., 2025). Hoje, ela permanece em um canteiro em formato de meia-lua, acompanhada por um banco [Fig. 16].

Figura 16 – Pau-brasil com banco ao lado



Fonte: Autores (2025). Data da foto: 11/fevereiro/2025.

A intervenção gerou polêmica, especialmente pelo alargamento da calçada em quatro metros, que eliminou cerca de cinquenta vagas de estacionamento (Revitalização […], 2000). A reinauguração ocorreu em agosto de 2000, com projeto assinado pelo arquiteto Álvaro Cortes, que utilizou piso em arenito vermelho (pedra portuguesa) para remeter à terra característica de Londrina [Fig. 17]. O investimento, de aproximadamente 100 mil reais, foi custeado pela Sercomtel (Nova praça[…], 2000). Além disso, o inventário de 2003, menciona outra revitalização, em parceria entre Prefeitura e Sercomtel, com autoria da arquiteta Andrea Torchi (Siglon, P22, 2017).

Figura 17 – Aerofoto de 2012, piso vermelho

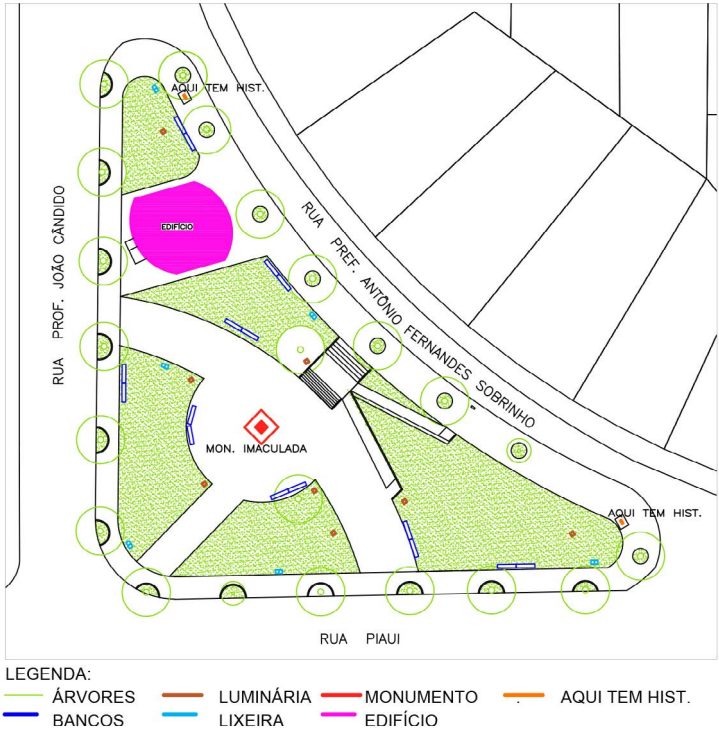


Fonte: Siglon (2025).

Nos anos seguintes, outras alterações foram incorporadas. Entre 2015 e 2016, foram adicionados dois to tens “Aqui Tem História” e algumas luminárias e lixeiras foram substituídas. Já na década de 2020, novas árvores foram plantadas e uma cabine telefônica antes instalada na esquina da rua Piauí foi retirada.

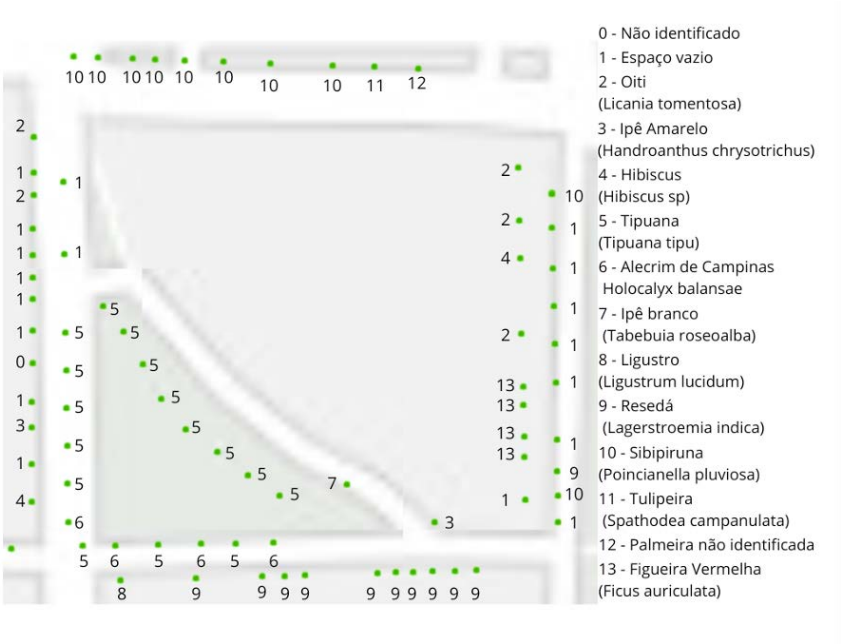
Atualmente, a Praça mantém algumas das características iniciais, que podem ser observadas no desenho aproximado com a disposição de alguns elementos [Fig. 18]. Além disso, também é importante destacar a relevância da arborização existente na Praça [Fig. 19].

Figura 18 – Planta dos elementos atuais da Praça Sete de Setembro



Fonte: Autores (2025).

Figura 19 – Planta baixa de levantamento arbóreo



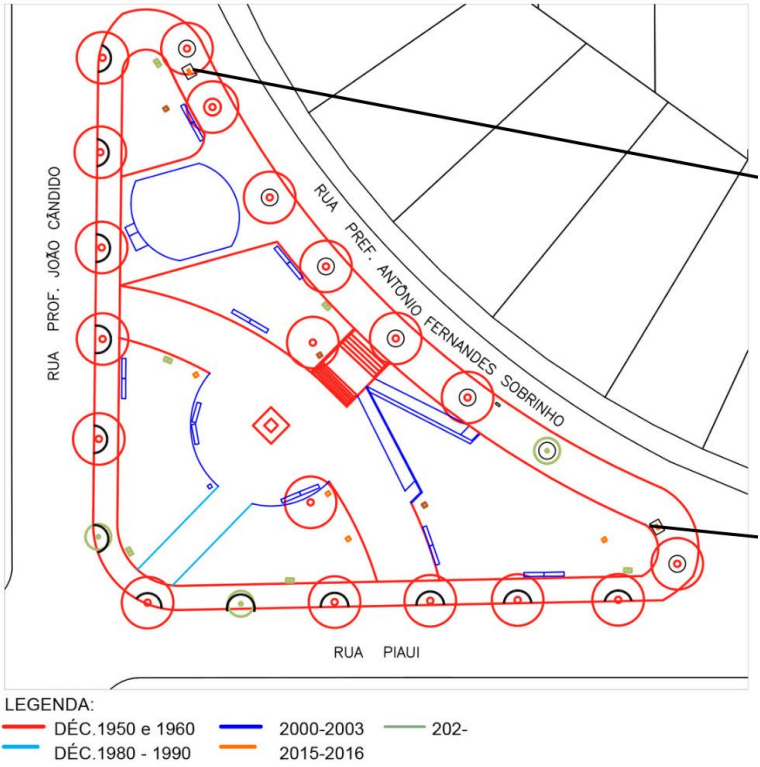
Fonte: Siglon (2025), modificado pelos autores.

3 Considerações Finais

A Praça Sete de Setembro reúne valores patrimoniais que a consolidam como um espaço de memória e identidade urbana de Londrina. Ela está presente desde o início da cidade, enquanto parte de seu planejamento urbano, passando pela instalação do monumento à Imaculada Conceição em 1956; somando-se ao caminho arqueado que organiza seu interior, a Praça preserva elementos que remetem à religiosidade, à simbologia coletiva e à história da própria formação do Conjunto Central. Esses marcos, aliados à arborização planejada das décadas de 1950 e 1960, reforçam seu caráter de patrimônio cultural e paisagístico.

As intervenções posteriores — nos anos 1980, 2000 e 2010 — trouxeram alterações que, embora tenham atualizado o espaço, não apagaram os traços essenciais [Fig. 20]. O reconhecimento do valor patrimonial da Praça Sete de Setembro passa pela proteção de seus elementos identitários: o monumento, o traçado triangular com caminhos característicos, a escadaria, as árvores antigas e o piso em pedra portuguesa. Da mesma forma, é preciso compreender que elementos mais recentes, como os totens “Aqui Tem História”, possuem valor de memória e podem ser atualizados sem comprometer a essência do lugar.

Figura 20 – Evolução da Praça Sete de Setembro



Fonte: Autores (2025).

Assim, a Praça Sete de Setembro deve ser entendida como um espaço vivo, que alia permanência e transformação. Sua preservação demanda a manutenção dos traços originais e do monumento central, ao mesmo tempo em que admite adaptações pontuais que assegurem sua função social, simbólica e urbana. Desse modo, a Praça reafirma-se como patrimônio coletivo, integrando memória, religiosidade e identidade na dinâmica da cidade contemporânea.

Referências

CAIRES; CAMPOS; GODOI; WEDEKIN; AGNELO; MARQUES e MAESTRO, 2025. **Conjunto Central Vol. 1**. Estudos patrimoniais n. 03, 2025.

CAIRES; CAMPOS; GODOI; WEDEKIN; AGNELO; MARQUES e MAESTRO, 2025. **Conjunto Central Vol. 2**. Estudos patrimoniais n. 04, 2025.

MENDONÇA, Maurício Arruda. A praça do Dogma. Coluna Curiosidade. **Folha Norte de Londrina**, Londrina, 20 set. 2006. Acervo da Biblioteca Municipal de Londrina.

NOVA PRAÇA Sete de Setembro tem a cor da terra vermelha. **Jornal de Londrina**, Londrina, 13 ago. 2000. Acervo da Biblioteca Municipal de Londrina.

PARISOTTO, Marcos Roberto. **Solicitação de Tombamento**. Diretoria de Patrimônio Histórico, Secretaria de Cultura de Londrina, 19 jul. 2024.

PAU-BRASIL é encontrado no centro. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 abr. 2000. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/pau-brasil-e-encontrado-no-centro-282851.html?d=1. Acesso em: 16 abr. 2025.

REVITALIZAÇÃO gera polêmica. **Jornal de Londrina**, Londrina, 11 abr. 2000. Acervo da Biblioteca Municipal de Londrina.

SIGLON (Sistema de Informação Geográfica de Londrina). M02. **Prefeitura Municipal de Londrina**. Disponível em: https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-cultura/diretoria-de-patrimonio/inventario/monumento/32662-m02-imaculada-conceicao-2020/file. Acesso em: 30 abr. 2025.

SIGLON (Sistema de Informação Geográfica de Londrina). P22. **Prefeitura Municipal de Londrina**. Disponível em: https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-cultura/diretoria-de-patrimonio/inventario/urbano-paisagistico/32821-p22-praca-7-de-setembro-2018/file. Acesso em: 30 abr. 2025.

YAMAKI, Humberto. **Iconografia londrinense**: mapas iniciais (1930-1950). Prefeitura de Londrina, Cultura-Promic, 2003.

ASAM

O Museu Histórico de Londrina, como tantos outros, conta com a atuação da ASAM (Associação dos Amigos do Museu Histórico de Londrina) para o cuidado deste espaço, desde a conservação predial até a expansão de acervos. A ASAM é uma pessoa jurídica privada, sem qualquer finalidade lucrativa, que objetiva a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico do Museu Padre Carlos Weiss. Com sede e foro na cidade de Londrina (PR), tem Inscrição Estadual Isenta, CNPJ/MF 01.192.562/0001-47, Utilidade Publica Municipal pela lei 10.882, de 24/03/2010, e Utilidade Pública Estadual pela lei 12.198, de 15/07/1998. Foi fundada em 18 de maio de 1995. Uma vez que o Museu se caracteriza como instituição pública, vinculada à Universidade Estadual de Londrina, a ASAM, pela sua constituição jurídica e independência, é a responsável por captar recursos externos para a manutenção e conservação de acervos e preservação da estrutura predial.

Normas para Publicação

O artigo deverá apresentar as seguintes normas:

1. Inédito:

• Título

• Autor(es) com identificação da instituição a que pertence(m) em nota de rodapé;

• Resumo - máximo 50 palavras;

• Palavras-chave - até até 6 palavras;

• Texto com no mínimo 5 e no máximo 10 páginas (Word for Windows e fonte Times New Roman, tamanho 12, entre-linhas 1,5 e margem 3 cm), ou

• Texto com tema único, no mínimo 30 e no máximo 40 páginas;

• Referências bibliográficas seguindo normas da ABNT (contendo somente obras citadas no texto).

2. Os textos deverão ser enviados para o e-mail bibmuseu@uel.br, com carta de autorização de publicação anexa ao e-mail.

3. Caso o artigo seja resultado de pesquisa financiada, esta deverá ser mencionada em nota de rodapé.

4. Nome completo do(s) autor(es) e seus dados em nota de rodapé.

5. As fotografias e imagens (quando houver) deverão vir no formato digital JPEG, 300 dpi de resolução, com legendas e fotografias e indicação do local a ser inserido no texto. As fontes deverão ser devidamente mencionadas e autorizadas, respeitando a legislação em vigor.

Contato do Museu Histórico de Londrina
(43) 3371-1975 | bibmuseu@uel.br

Equipe Técnica do Museu Histórico de Londrina

Diretoria Acadêmica

Prof.ª Dr.ª Edméia Ribeiro

Secretaria

Edeni Ramos Vilela

Expografia

Amauri Ramos da Silva

Residência

Carlos Eduardo da Silva Carvalho

Design

Marina dos Santos Galli

Equipe

Alex Pereira; Amauri Ramos da Silva; André Luís da Silva; Mariana Lopes dos Santos Borges; Neiva Lemes Albrecht Batista; Vanessa Andreia Borela Ferreira

Estagiários

Daniele Caroline Antunes; Julia Piovesan; Letícia Fernanda Moraes; Marina dos Santos Galli; Pedro Henrique Ferreira; Vitor Marroni Fortuna

Museu Histórico de Londrina

Rua Benjamin Constant, n.º 900 - Centro, Londrina (PR)

CEP 86010-350

(43) 3323-0082

museu@uel.br | https://sites.uel.br/museu/

Redes Sociais do Museu Histórico de Londrina

@museuhistoricodelondrina

Facebook Museu Histórico de Londrina

Canal do Youtube do Museu Histórico de Londrina

@museulondrinamhl